

O JARDIM DE INFÂNCIA ANEXO À ESCOLA NORMAL DE SÃO PAULO: ANÁLISE DO MODELO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO ¹

Eliane Cristina Ártico MARCELINO ²

RESUMO

Visando a contribuir para uma apreensão em perspectiva histórica da problemática relativa à trajetória da educação infantil no Brasil, neste artigo apresentam-se os resultados do trabalho de pesquisa que aborda o modelo didático-pedagógico do primeiro Jardim de Infância público do estado de São Paulo, criado pelo Decreto n. 342, de 3 de março de 1896, e destinado a atender a crianças de ambos os sexos, entre três e sete anos de idade. Em 1897, o Jardim de Infância foi instalado em edifício próprio anexo à Escola Normal de São Paulo, a qual, segundo os reformadores do ensino da época, deveria servir de padrão para o conjunto do sistema de instrução pública paulista. O trabalho de pesquisa fundamentou-se nos pressupostos teóricos da história social, tendo-se adotado os seguintes procedimentos de investigação: recuperação, reunião, ordenação e análise de fontes documentais primárias e estudo da bibliografia especializada sobre o tema eleito. Após análise do material documental à luz da bibliografia especializada, conclui-se que o modelo didático-pedagógico do Jardim de Infância anexo à Escola Normal de São Paulo foi organizado segundo os princípios da “educação dos sentidos” de Froebel, enfatizando-se a educação física, moral e intelectual da criança. O trabalho de pesquisa está vinculado ao Projeto Integrado de Pesquisa *Cultura Escolar Urbana: São Paulo: 1840 –1940. Repertório de fontes documentais* (apoio CNPq), coordenado pelo Prof. Dr. Carlos Monarcha e disponível na Internet <www.educaçãobrasileira.pro.br>.

Palavras-chave: Jardim da Infância; Educação da infância; História da Educação

Com a Proclamação da República e a reforma educacional idealizada pelo Partido Republicano Paulista (PRP), concretizou-se em São Paulo, no transcorrer da década de 1890, um modelo de organização de instrução pública pioneiro no Brasil. Dentre as modalidades de

¹ Trabalho de Iniciação Científica desenvolvido sob a orientação do Prof. Dr. Carlos Monarcha; apresentado na VI Jornada de Iniciação Científica do Campus de Marília (13 a 14-09-1999) e no XI Congresso de Iniciação Científica da UNESP (10 a 12-11-1999).

² Aluna do curso de Pedagogia, concluído em 1999, na Faculdade de Filosofia e Ciências-UNESP- Marília, CEP 17525-900, Marília, São Paulo, Brasil.

ensino que integravam esse modelo, destaca-se o Jardim de Infância anexo à Escola Normal de São Paulo, criado pelo Decreto n. 342, de 3 de março de 1896.

Leituras preliminares da bibliografia existente sobre o Jardim de Infância anexo à Escola Normal de São Paulo indicaram que a maior parte dos títulos aborda aspectos dessa modalidade de ensino, tais como, setor administrativo, estrutura física, sua importância no contexto da reforma educacional paulista da década de 1890, ou, por vezes indiretamente, seu modelo didático-pedagógico. Em decorrência dessas leituras, formularam-se as seguintes questões: como era a dinâmica das aulas? quais eram as práticas educativas das professoras? quem eram os alunos? qual era, enfim, seu modelo didático-pedagógico?

Essas questões, por sua vez, tornaram necessário aprofundar a pesquisa documental e bibliográfica sobre o modelo didático-pedagógico presente na criação e instalação do Jardim de Infância. O trabalho de pesquisa fundamentou-se nos pressupostos teóricos da história social (VIEIRA, 1991), tendo-se adotado os seguintes procedimentos de investigação: recuperação, reunião, ordenação e análise de fontes documentais primárias e estudo da bibliografia especializada sobre o tema eleito. Mediante consulta a diferentes acervos e bibliotecas de diferentes instituições, foi possível localizar, recuperar, reunir, ordenar e analisar significativo conjunto de fontes primárias e bibliografia especializada, que abordam diretamente os diferentes aspectos relativos ao modelo didático-pedagógico do Jardim de Infância anexo à Escola Normal de São Paulo, à época de sua criação e instalação. Dentre as fontes primárias, destacam-se três publicações importantes: *Guia para Jardineiras*, traduzido por Gabriel Prestes e publicado em 1897; e dois volumes da *Revista do Jardim da Infância*, publicados, respectivamente, em 1896 e 1897; e dentre a bibliografia especializada, destacam-se as publicações de dois pesquisadores da pré-escola no Brasil: Tizuko M. Kishimoto (1988) e Moisés Kuhlmann Júnior (1990,1991,1994,1996,1998).

Vinculado ao Projeto Integrado de Pesquisa *Cultura Escolar Urbana. São Paulo: 1840-1940: Repertório de Fontes Documentais*, coordenado pelo Prof. Dr. Carlos Monarcha, com apoio CNPq (Processo 520648-95), o trabalho de pesquisa que resultou neste artigo insere-se no campo da história da educação brasileira, procurando contribuir para a apreensão em perspectiva histórica da problemática relativa à trajetória da educação infantil no Brasil e, possivelmente, para outras pesquisas sobre o tema em questão.

Breve histórico do Jardim de Infância anexo à Escola Normal de São Paulo

Criação e instalação do Jardim de Infância

A última década do século XIX foi marcada por grandes mudanças no estado de São Paulo, decorrentes da Proclamação da República. Dentre essas mudanças, destaca-se, a partir de 1890, a reforma da instrução pública paulista, idealizada por Rangel Pestana e executada por Antonio Caetano de Campos, durante a administração de Prudente de Moraes.

Ao propor a reforma da instrução pública paulista, Rangel Pestana — político e intelectual escolhido pelo Partido Republicano Paulista (PRP) para elaborar a proposta educativa desse Partido (KISHIMOTO, 1988) — afirmou que a educação seria a única maneira de se atingirem mudanças sociais, e a escola, por conseqüência, seria o meio para concretizá-las. Assim, Rangel Pestana elaborou o projeto de reforma da Escola Normal de São Paulo — Decreto nº 27, de 12 de março de 1890 —, criando, dentre outros, a Escola-Modelo anexa à Escola Normal de São Paulo e tornando possível a instalação, em 1896, do primeiro Jardim de Infância público em São Paulo.

A Escola-Modelo anexa à Escola Normal, criada em 1890, consistia em classes primárias e tinha como finalidade atender aos normalistas em seus estágios, visando a melhorar a formação de professores e desenvolver um padrão de ensino que servisse como modelo para os recém-criados grupos escolares; estes consistiam na reunião, em um mesmo prédio, de escolas e classes primárias, de acordo com determinado padrão de organização e funcionamento administrativo e didático-pedagógico.

No projeto idealizado por Rangel Pestana e executado por Caetano de Campos, estava incluída a criação de um Jardim de Infância ou *Kindergarten*, destinado ao atendimento de crianças de quatro a seis anos de idade e inspirado no modelo do *Kindergarten*, criado pelo educador alemão Friedrich W. A. Froebel (1782-1852). No entanto, o primeiro Jardim de Infância público do estado de São Paulo foi oficialmente criado apenas em 3 de março de 1896, através do Decreto n.342, durante a gestão de Bernardino de Campos como Presidente do Estado e Alfredo Pujol, como Secretário dos Negócios do Interior.

O Decreto nº 342, estabeleceu em seu parágrafo único: “Fica creado um jardim da infancia junto a Eschola Normal da Capital, como preparo a Eschola Modelo; revogadas as disposições em contrário.”

No dia 18 de maio de 1896, ocorreu a inauguração do Jardim de Infância, instalado, então, em um prédio antigo e alugado, localizado na rua Ipiranga, no centro da cidade de São Paulo. As primeiras vagas foram bastante disputadas: 300 candidatos para 102 vagas (KISHIMOTO, 1988, p. 110). As matrículas foram efetuadas após seleção, e as vagas foram preenchidas por crianças das “melhores famílias paulistas” (POLIANTÉIA COMEMORATIVA, 1946, p. 61). Finalmente, as aulas foram iniciadas com uma média de 95 alunos.

A estrutura física do Jardim de Infância

No ano de 1897, o Jardim de Infância foi transferido para um edifício próprio, anexo à Escola Normal de São Paulo, durante a direção de Gabriel Prestes (KUHLMANN JÚNIOR, 1994, p. 63). Planejado e executado pelo engenheiro-arquiteto Ramos de Azevedo, o edifício do Jardim de Infância situava-se em um local isolado nos fundos da Escola Normal de São Paulo. O edifício do Jardim da Infância estava cercado por um grande jardim e havia locais reservados para jogos (KUHLMANN JÚNIOR, 1994, p. 63).

O edifício ocupava uma área de 940 m², amplamente iluminados, distribuídos em quatro salas de aula e um grande salão central destinado a reuniões gerais e solenidades infantis; esse salão media 15 x 16 m, com pé-direito duplo e coberto por uma cúpula octagonal metálica completada por vidro fosco encaixado em ferros trabalhados. No lado externo da cúpula, existiam quatro terraços triangulares com vistas para diferentes pontos da cidade de São Paulo, e, no lado interno, uma galeria destinada a alojar pessoas em ocasião de festas e solenidades. Abaixo da galeria do salão central estavam pintados a óleo os retratos de Froebel, Pestalozzi, Rousseau e Mme. Carpentier. Havia mais quatro compartimentos destinados aos banheiros, sala de visitas, depósito de materiais e gabinetes de trabalho, além de dois pavilhões cobertos para recreação dos alunos (MONARCHA, 1997; KUHLMANN JÚNIOR, 1994).

Os alunos do Jardim de Infância

Conforme dados disponíveis, o Jardim de Infância era freqüentado por aproximadamente 100 meninos e 100 meninas, distribuídos em três períodos ou turmas organizados de acordo com o desenvolvimento e idade — 4, 5 e 6 anos, respectivamente —, em classes mistas. As aulas ocorriam das 11 às 15 horas, com intervalos para os trabalhos escolares e recreios (REIS FILHO, 1981, p.148).

Segundo Kuhlmann Júnior (1994, p. 64), desde a formação das primeiras turmas de alunos, e por um longo tempo, o Jardim de Infância ficou destinado às crianças das “melhores famílias paulistas”. Gabriel Prestes, ao organizar o Jardim de Infância, pensou nas crianças que estavam confiadas às governantas e que tinham as mães para acompanhá-las, podendo, assim, estudar apenas meio período. Dessa maneira, definiu-se o caráter elitista do Jardim de Infância da Escola Normal de São Paulo, durante os seus primeiros anos de funcionamento. Mesmo sem um levantamento empírico sobre as matrículas e situação sócio-econômica dos alunos, pode-se afirmar que a elite era favorecida nas matrículas de seus filhos (KUHLMANN JÚNIOR, 1994).

Em 1896, ano de inauguração do Jardim de Infância, os alunos não usavam uniformes, somente um chapéu com a inscrição “Jardim da Infância”; em 1897, além dos chapéus, estavam previstos aventais. Kuhlmann Júnior (1998) informa que, na festa em comemoração aos 50 anos de inauguração do Jardim da Infância, um de seus ex-alunos, o dramaturgo Oduvaldo Viana Filho, declarou que lembrava do uniforme com camisa de quadradinhos, calça azul e o chapéu de palha, com abas largas, com uma fita onde se lia: “Jardim da Infância”.

O modelo didático-pedagógico do Jardim de Infância A programação de atividades

O Decreto n.397, de 9 de outubro de 1896, no artigo 181, capítulo III estabeleceu que:

O jardim da infância, anexo à Escola Normal da capital, é destinado a preparar pela educação dos sentidos, segundo os processos de Froebel, os alunos de ambos os sexos, que se destinam às escolas modelos.

No ano em que foi inaugurado o Jardim de Infância anexo à Escola Normal de São Paulo, Gabriel Prestes editou a *Revista do Jardim de Infância*, visando a tornar conhecidos os processos empregados nessa modalidade de ensino e reunir os elementos necessários à organização do ensino infantil pelo sistema froebiliano, assim contribuindo também para a criação e o aperfeiçoamento de outros jardins, públicos e particulares (KUHLMANN JÚNIOR, 1994). Foram publicados dois números dessa *Revista*, respectivamente em 1896, com 287 páginas, e em 1897, com 393 páginas. Ambos continham artigos de caráter metodológico e destinavam-se, especificamente, a orientar as atividades das Jardineiras, denominação que, nessa modalidade de ensino, recebiam as responsáveis pela educação das crianças, que simbolizavam plantas de um jardim.

Prestes também traduziu e adaptou, para publicação na *Revista do Jardim da Infância*, o livro *Paradise of Childhood*, de Edward Wiebé, que continha os princípios do método de Froebel. A tradução recebeu o título *Guia para Jardineiras*; posteriormente, foi publicada sob a forma de livro, com o mesmo título.

Nos artigos de caráter metodológicos contidos nos dois números da *Revista do Jardim da Infância*, são apresentados vários programas de atividades traduzidos de programas de Jardins de Infância de outros países. Todavia, Gabriel Prestes enfatizava que as Jardineiras não precisariam seguir à risca tudo o que estava indicado nos artigos.

As propostas da *Revista* eram de uma extrema formalidade, o que significa que as coisas não aconteciam na realidade exatamente como ali estava prescrito. Entretanto, mesmo que se possa supor que houvesse flexibilidade e autonomia para as educadoras adaptarem o ensino e as ações, o minucioso detalhamento das propostas evidencia limites para a atuação. (KUHLMANN JÚNIOR, 1998, p. 125).

Por meio da leitura dos dois volumes da *Revista do Jardim de Infância*, nota-se a grande preocupação com o planejamento das atividades. Os programas eram bastante descritivos e detalhados, determinando as atividades diárias, semestrais e anuais. As atividades diárias mostram uma distribuição do tempo bem controlada: para um período de 4 horas — 240 minutos — estavam previstos 20 momentos diferentes, cada um com duração máxima de 15 minutos. O controle do tempo devia-se ao pressuposto de que as crianças se interessavam pela mesma atividade, sem cansaço, apenas por um curto período de tempo. Aos sábados, as

atividades eram mais livres, abrangendo somente exercícios de linguagem, jogos, cantos e passeios (ANDRADE, 1996).

No *Guia para jardineiras*, verifica-se que o tempo recomendado para cada atividade era de no máximo 20 ou 30 minutos. Os jogos deveriam ser alternados: os jogos sentados teriam algumas atividades de movimento, onde as crianças poderiam imitar os bichos, correr etc. E, se o tempo estivesse bom, as atividades deveriam ser desenvolvidas ao ar livre.

As classes de aulas eram organizadas por idade: 4, 5 e 6 anos, respectivamente. Para cada período/turma, o programa diário era diferenciado, de acordo com as respectivas idades, existindo uma certa continuidade das atividades (KUHLMANN JÚNIOR, 1998).

No primeiro período/turma destinado a alunos com 4 anos de idade, desenvolviam-se exercícios de linguagem, abrangendo temas como família, animais domésticos, corpo humano, e também trabalhos manuais, desenhos, poesias infantis, hinos, ginástica, cores; era, ainda, reservado um horário especial para os brinquedos. Já nos segundo e terceiro períodos/turmas, destinados, respectivamente, a alunos com 5 e 6 anos de idade, desenvolviam-se as atividades do período/turma anterior, mas adaptadas e aprofundadas, incluindo-se, por exemplo, dias da semana, meses do ano, cores, lateralidade (direita e esquerda) etc.

As atividades de recreio eram breves nos segundo e terceiro períodos/turmas, dando vez aos exercícios cognitivos. Para o segundo período/turma, introduziam-se atividades de linguagem, reprodução na lousa, desenhos e jogos organizados. No terceiro período/turma, introduziam-se exercícios de formação de palavras com letras impressas e exercícios de cálculos com cubinhos (KUHLMANN JÚNIOR, 1998, p. 126).

Atividade de linguagem, expressão artística, passeios e ginástica

A atividade de linguagem era desenvolvida de duas maneiras: exercícios com narrativas e conversações, seguidas de exercícios de linguagem oral, jogos com sons e sílabas. Para Froebel, na formação da criança os exercícios de conversação são centrais e a atividade de linguagem, fundamental.

Kuhlmann Júnior (1998) observa que as conversações e os demais exercícios deveriam abordar temas que girassem em torno da vivência dos alunos, tanto em casa como no Jardim de Infância, para que tivessem um conteúdo real. Ainda segundo Kuhlmann Júnior, os exercícios de linguagem eram desenvolvidos da seguinte maneira:

Inicialmente os temas podiam versar sobre as partes principais do seu corpo, de seres ou objetos que lhe fossem úteis e que mais freqüentemente atraíssem sua atenção, de seus pais e parentes próximos, de animais domésticos. Mais tarde, os temas iam se ampliando: o lar, o amor para com os pais e benfeitores, os sentidos físicos, os dias da semana, os meses do ano, as estações, as plantas úteis, cenas campestres..., os animais, os alimentos, as vestimentas, as habilitações, os móveis e utensílios domésticos, os meios de transporte, a pátria. Faziam-se exercícios de formação de sentenças sobre objetos comuns, de formação de palavras com letras impressas etc. A ênfase recaía na ampliação do vocabulário, na formulação de frases completas e na pronúncia correta de palavras. As crianças precisariam repetir exatamente as mesmas expressões ditas pela professora. Segundo Froebel, a *repetição das coisas em coro e seguindo a um mestre é muito importante como exercício de compreensão, instituição, designação e facilidade da palavra*. (1998, p. 132, grifos do autor)

A *Revista do Jardim de Infância* apresenta vários exemplos de conversações com as crianças; em alguns deles aparecem elementos comuns, em termos de conteúdo. Além da repetição oral e de completar as frases, as crianças também aprendiam versinhos, indicando a preocupação com rimas e sentenças com associações, como se observa, por exemplo, às páginas 84 e 85, do volume 2, da *Revista*. Segundo Froebel, as rimas e as expressões diferenciadas, “devem ser os primeiros no jovem, como foi na juventude da espécie humana, apresentando o todo em suas relações e união com o homem [...]” (FROEBEL apud KUHLMANN JÚNIOR, 1998, p. 132)

Para Froebel, os exercícios de expressão eram essenciais para a educação: os cantos, as poesias, os desenhos, as pinturas e as esculturas faziam com que as crianças pudessem se expressar através da arte.

No Jardim de Infância anexo à Escola Normal de São Paulo, a música tinha um papel de grande importância.

Com o piano nas sala de aula, os cânticos nos mais variados momentos e também a *orquestra do jardim* – da qual uma foto de 1908 mostra as crianças com vários instrumentos musicais: duas harpas, muitas flautas, guitarras (ou alaúdes), e violinos. Quase todas as atividades eram acompanhadas de cantigas *apropriadas*. (KUHLMANN JÚNIOR, 1998, p. 151, grifos do autor)

Também as atividades com cores eram bastante enfatizadas no conjunto das atividades do Jardim de Infância. Froebel relacionava as cores com a luz, a luz, com a vida e a vida, com o divino (KUHLMANN JÚNIOR, 1998, p. 151). As cores eram ensinadas para os alunos pela própria cor em si — roxo, amarelo, azul etc. —, depois pelo seu tom – escuro, claro, forte, fraco etc. — e a, partir daí, ensinavam-se suas classificações e combinações.

Aos sábados, as crianças faziam passeios e excursões, complementando as atividades de contato com a natureza. Nesses passeios, as Jardineiras auxiliavam os alunos na observação e compreensão da natureza, salientando a sua importância para a vida dos homens.

As aulas de ginástica, por sua vez, expressavam a preocupação de atender adequadamente às crianças.,

A gymnastica adequada ao Jardim deve obedecer a um bom systema, tendo em vista os seguintes objectos: 1º vulgarisar a educação physica de um modo simples, prompto, geral e sobre tudo pratico; 2º fazer desaparecer a antipathia ou, antes o inesplicavel preconceito da familia brasileira por esta educação que deve dar ás novas gerações a força e a saúde. (*REVISTA DO JARDIM DE INFÂNCIA*, 1897, v. 2, p. 235)

Os alunos tinham três aulas semanais de ginástica; cada aula tinha duração de cinco a dez minutos por dia, sendo diferenciadas para cada período/turma. As atividades de ginástica consistiam em movimentos corporais, extensões, passos, marchas e saltos. Tais atividades deveriam ser desenvolvidas juntamente com jogos e brincadeiras. As crianças também aprendiam a marchar diariamente por 15 minutos, ao som de piano e de acordo com o ritmo da música. Nessas marchas, alguns alunos seguravam bandeirinhas, outros somente acompanhavam o ritmo da música.

Os “Dons”

De acordo com o livro *Guia para Jardineiras*, Froebel denominou de “jogo s” as ocupações do Jardim de Infância e de “Dons” ou “Dádivas”, o material empregado nessas ocupações. Assim, a criança

[...] educaria a mão e o olho, desenvolveria hábitos de asseio, urbanidade, império sobre si mesma, aguçaria o engenho, interpretaria os números e as formas geométricas, inventaria combinações de linhas e imagens, e as representaria com o lápis, nessas valiosas lições e, acima de tudo, as preciosas inspirações que, sugeridas pelo trato nos *Kindergartens*, hão de penetrar os métodos de educação nas outras escolas (KUHLMANN JÚNIOR, 1998, p. 142).

Segundo Froebel, são 20 os “Dons” ou “materiais de ensino” e deveriam ser apresentados para as crianças de maneira natural e um de cada vez, de acordo com a seqüência abaixo.

1. seis bolas de borracha, cobertas com tecido de várias cores;
2. esfera, cubo e cilindro de madeira;
3. cubo dividido em oito cubozinhos;
4. cubo dividido em oito partes oblongas;
5. cubo divisível em metade ou quartas partes;
6. cubo consistindo em partes oblongas, duplamente divididas;
7. tabuazinhas quadradas e triangulares para compor figuras;
8. varinhas para traçar figuras;
9. anéis e meios anéis para compor figuras;
10. material para desenho;
11. material para picagem;
12. material para alinhavo;
13. material para recortes de papel e combinações;
14. material para tecelagem em papel;
15. varetas para entrelaçamento;
16. réguas com dobradiças – gonígrafo;

17. fitas para entrelaçamento;
18. material para dobradura;
19. material para construção com ervilhas; e
20. material para modelagem.

Kishimoto (1988) afirma que, na teoria de Froebel, esses ‘Dons’ ou materiais de ensino, quando manipulados pela criança, permitiam a aquisição de vários tipos de conhecimentos: *formas reais*, como cozinha, mesa, cadeiras etc.; *formas ideais*, como propriedades das relações, dos números, linhas etc.; *formas simétricas*, para cultivar o belo, e outras, como o desenvolvimento de habilidades sensório-motoras, de observação e atenção.

Observa-se a preocupação em não antecipar as lições ou os materiais antes da realização de determinadas atividades prévias. Quando se introduzia um novo ‘Dom’, a seqüência das lições reproduzia o mesmo estilo daquelas realizadas anteriormente, ampliando-se a complexidade dos exercícios.

Para cada ‘Dom’ existiam várias lições, e os alunos deveriam realizar uma lição de cada vez. O material era apresentado para os alunos, os quais o manipulavam antes de serem apresentadas as lições.

A classe deveria ser organizada em roda, e a Jardineira estimularia os alunos, perguntando: ‘O que é isto?’, ‘Para que serve?’, ‘Do que é feito?’, ‘É leve ou pesado?’, ‘É pequeno ou grande?’, ‘Quem fez?’.

As atividades com os materiais envolviam contas aritméticas, trabalhos simples de entrelaçamento, dobradura, modelagem, tecido, picado, desenho, mosaico, tecelagem, alinhavo, botões e costura. O principal objetivo das atividades com os materiais ou ‘Dons’ era o de a criança adquirir destreza, desenvolver forças e aptidões (KUHLMANN JÚNIOR, 1998).

Considerações finais

Ao encerrar este artigo, onde se aborda o modelo didático-pedagógico do Jardim de Infância anexo à Escola Normal de São Paulo, à época de sua criação e instalação, posso afirmar que a educação dos alunos de 3 a 6 anos ali matriculados, baseava-se na ‘educação dos

sentidos”, fundamentada na teoria de Froebel, enfatizando-se a educação física, moral e intelectual da criança.

A leitura de depoimentos de ex-alunos do Jardim de Infância anexo à Escola Normal de São Paulo permite afirmar, ainda, a importância que essas atividades tinham na vida das crianças que freqüentavam assiduamente as aulas diárias e confirmar que, independentemente do período/turma e da faixa etária dos alunos, à época de criação e instalação desse Jardim de Infância, a direção e as Jardineiras tinham um mesmo objetivo: formar crianças de acordo com a “educação dos sentidos” de Froebel, enfatizando, para tanto, a educação física, moral, social, emocional e intelectual e visando à formação integral das crianças.

Com este artigo, resultante de trabalho de pesquisa em nível de Iniciação Científica, espero poder contribuir tanto para a compreensão do modelo didático-pedagógico aqui abordado quanto para a apreensão em perspectiva histórica da problemática relativa à trajetória da educação infantil no Brasil e, possivelmente, para o desenvolvimento de outras pesquisas sobre essa complexa temática.

FONTES DOCUMENTAIS

PRESTES, Gabriel. *Guia para jardineiras*. São Paulo: Espindola, Siqueira & Comp., 1896. (Tradução e adaptação da obra *Paradise of childhood*, de Edward Wiebé).

REVISTA do Jardim da Infância. São Paulo: Espindola, Siqueira & Comp., 1896. v. 1-2.

SÃO PAULO (Estado). *Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo*, 1896.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Marci do Valle B. *Cem anos de pré-escola pública paulista: a história de sua expansão e descentralização: 1846-1996*. 1996. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 1996.

KISHIMOTO, Tizuko M. *A pré-escola em São Paulo (1877 a 1940)*. São Paulo: Loyola, 1988.

KUHLMANN JÚNIOR, Moisés. As exposições internacionais e a difusão das creches e Jardins de Infância (1867-1922). *Pro-posições*, Campinas, n. 21, p. 24-35, nov. 1996.

_____. *Educação pré-escolar no Brasil (1899-1922): exposições e congressos patrocinando a “assistência científica”*. 1990. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1990.

_____. *Infância e educação infantil: uma abordagem histórica*. Porto Alegre: Mediação, 1998.

_____. Instituições pré-escolares assistencialistas no Brasil (1899-1922). *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n.78, p. 17-26, ago. 1991.

_____. O Jardim de Infância Caetano de Campos. In: REIS, Maria Cândida Delgado. *Caetano de Campos: fragmentos da história da instrução pública em São Paulo*. São Paulo, 1994. p. 61-72.

MONARCHA, Carlos. Arquitetura escolar republicana: a Escola Normal Da Praça e a construção de uma imagem de criança. In: FREITAS, M. Cezar. *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1997. p. 97-137.

POLIANTÉIA Comemorativa do 1º Centenário do Ensino Normal de São Paulo (1846-1946). São Paulo: Gráfica Brescia, 1946.

REIS FILHO, Casemiro dos. *A educação e a ilusão liberal*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1981.

VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo. *A pesquisa em história*. São Paulo: Ática, 1991.

INSTITUIÇÕES CONSULTADAS

Acervo do Museu Pedagógico da Escola Caetano de Campos – São Paulo/SP

Acervo Paulo Bourroul da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo –São Paulo/SP

Acervo do Centro de Referência para Pesquisa Histórica em Educação (CRPHE) – UNESP-Marília/SP

Serviço de Biblioteca e Documentação da Faculdade de Filosofia e Ciências – UNESP-Marília/SP

ARTIGO RECEBIDO EM 2001.